

A ECONOMIA COMO ORDEM RELACIONAL?  
ORDENS, DESORDENS E MODOS DE AÇÃO  
SOB TRAJETÓRIAS CONTINGENTES\*  
(THE ECONOMY AS A RELATIONAL ORDER?  
ORDERS, DISORDERS AND MODES OF ACTION  
UNDER CONTINGENT TRAJECTORIES)

**José Reis**

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4640-568X>

**Resumo:** Este capítulo desdobra-se em três passos, assumindo-se que estudar as economias contemporâneas consiste em compreender a essência e as contingências da sua forma dominante, o capitalismo. Com o primeiro passo procura mostrar-se que, para surgir, o capitalismo precisou da construção prévia de um conjunto de instituições sociais e políticas. Logrou assim “libertar-se” da sociedade, realizar uma revolução industrial, e estabelecer uma “sociedade de mercado”. Mas não tardou que tal autonomia o conduzisse à crise e a uma nova reincrustação na sociedade. No segundo passo, discute-se este “capitalismo contratual” e o tipo de “economia mista” que lhe corresponde, as ordens que foram sendo estabelecidas e as

---

\* Um exercício paralelo ao deste texto, partindo das mesmas discussões, mas com a finalidade de discutir o capitalismo e a sua longa duração encontra-se em José Reis, “Por que é que o capitalismo tem sido tão longo e persistente?”, *Ikara. Revista de Geografías Iberoamericanas*, 2: 2-28. <https://doi.org/10.18239/Ikara.3209>.

ferramentas que para isso foram usadas, até que uma mudança radical emergisse, a financeirização, que gerou na economia e na sociedade um tal deslçamento que nos obriga a falar de insustentabilidade. O último passo serve para reintroduzir a ideia de que procurar compreender os princípios da economia e a natureza do capitalismo origina sempre visões rivais que, afinal, são parte do debate sobre as motivações individuais e os comportamentos humanos.

**Palavras-chave:** capitalismo; complexidade; economia; instituições; mercados.

**Abstract:** This chapter unfolds in three steps, assuming that studying contemporary economies is tantamount to understanding both the essence and the contingencies of its dominant form, capitalism. With the first step it intends to show that, for its arrival, capitalism needed the previous construction of a set of social and political institutions. It thus managed to “free” itself from society, to accomplish an industrial revolution and to establish a “market society”. But soon such autonomy led to crisis and to a new re-embedment in society. In the second step, it discusses this “contractual capitalism” and its corresponding type of “mixed economy”, as well as the orders that established themselves and the tools that were used with that goal, until the appearance of a radical transformation, financialization, which caused such an unravelling in the economy and society that leads us to speak of unsustainability. The chapter’s third and last step comes back to the claim according to which understanding the principles of the economy and the nature of capitalism always originates rival views, and that this is part and parcel of the debate over individual motivations and human behavior.

**Keywords:** capitalism; complexity; economy; institutions; markets.

## Introdução

Onde se situa a economia? Num lugar à parte? Ou no meio da sociedade e da política, viabilizada por elas e recorrentemente dependente das articulações que assim se estabelecem? Se a economia é movimento, quantos contramovimentos são necessários para a manter? A ideia de que a “economia” é uma instância autônoma, coerente e unificada, regulada pelas suas lógicas internas é, di-lo de forma singela Fred Block<sup>1</sup>, “uma ilusão”. Bem se sabe que isso é alimentado pelo pensamento comum, laico, que sacraliza as “leis económicas”, a “racionalidade” que daí decorre e a sabedoria estranha dos economistas.

Este texto foi contruído através de três passos, assumindo-se que estudar as economias contemporâneas consiste em compreender a essência e as contingências da sua forma dominante, o capitalismo. Com o primeiro passo procura mostrar-se que, para surgir, o capitalismo precisou da construção prévia de um conjunto de instituições sociais e políticas. Logrou assim “libertar-se” da sociedade, realizar uma revolução industrial, e estabelecer uma “sociedade de mercado”. Mas não tardou que tal autonomia o conduzisse à crise, ao desmoronamento da “civilização do século XIX”. Foi, por isso, necessária uma nova reincrustação na sociedade, bem elucidada pelo que o *New Deal* dos anos trinta representou e, sobretudo, pelo que foi necessário tecer para estabelecer as formas de capitalismo democrático do pós-guerra nos países desenvolvidos. No segundo passo, discute-se este “capitalismo contratual” e o tipo de “economia mista” que lhe corresponde, as ordens que foram sendo estabelecidas e as ferramentas que para isso foram usadas, até que uma mudança radical emergisse, a financeirização, que gerou na economia e na sociedade um tal deslaçamento que nos obriga a falar de insustentabilidade. O último passo serve

---

<sup>1</sup> Fred Block, *Capitalism: the future of an illusion* (Oakland: University of California Press: 2018), pp. 2 e 12.

para reintroduzir a ideia de que procurar compreender os princípios da economia e a natureza do capitalismo origina sempre visões rivais que, afinal, são parte do debate sobre as motivações individuais e os comportamentos humanos. Formulando desde já uma conclusão, o que está em causa é dar valor à natureza substantiva dos processos económicos, sociais e políticos, à sua interligação, sabendo-se que há diferentes modos de os encarar, desde logo porque estaremos sempre perante a “incrível complexidade da natureza humana”. Recorro para isso a uma das minhas mais persistentes inspirações, Albert Hirschman. Cedo se reparará, contudo, que esta não é a única que aqui uso. Para lá de autores contemporâneos que ajudam a compreender convulsão e as perplexidades dos dias que correm, a presença de Karl Polanyi é central no exercício que aqui desenvolvo.

## **1 – Construções institucionais, ordens e desordens do capitalismo**

O capitalismo não está inscrito na “ordem natural das coisas”, não é um dado, nem resulta de uma inevitabilidade histórica ou da simples evolução orgânica de algo que vem de trás. Não surgiu por si. Foi, na verdade, construído. Construído institucionalmente. Ele é um “tipo específico de ordem social”, “um conjunto de instituições sociais interrelacionadas”<sup>2</sup>, “é um fenómeno historicamente delimitado”, não algo universal, e é “o produto de uma família de culturas específicas, a família ocidental”<sup>3</sup>. Schumpeter já tinha há muito deixado claro que “considerações puramente económicas não são suficientes para

---

<sup>2</sup> Wolfgang Streeck, “Taking Capitalism Seriously: Towards an Institutional Approach to Contemporary Political Economy”, *Socio-Economic Review*, 9, 1 (2011): 137-138.

<sup>3</sup> Francesco Boldizzoni, *Foretelling the end of capitalism: intellectual misadventures since Karl Marx* (Cambridge: Harvard University Press, 2020), pp. 234 e 260.

compreendermos a realidade: há um complemento cultural da economia capitalista – uma superestrutura sociopsicológica”<sup>4</sup>. Pelo menos isso.

A ideia de que há uma “originalidade intrínseca” do capitalismo é bem demonstrada por Bernard Maris<sup>5</sup> quando o diferencia do que lhe é historicamente anterior e mostra como ele se construiu. Argumenta que muito do que geralmente associamos ao capitalismo já existia sem que este existisse. A produção, a raridade, a troca, a propriedade, a moeda, a acumulação (o excedente), o mercado internacional, o mercado derivado (sobre “futuros”), a contabilidade e a moeda escritural, a técnica, a predação da natureza ou a hierarquia – tudo isto existia em sociedades que não qualificamos como capitalistas. A redefinição histórica acontece porque “o capitalismo levantou quatro grandes questões, todas relacionais: a relação do homem com o trabalho, do homem com a técnica, do homem com o tempo e do homem com a natureza”<sup>6</sup>.

Ora, é esta definição histórica que permite a emergência de tal originalidade que é necessário compreender. O trabalho do capitalismo corresponde ao tipo-ideal do trabalho livre, transacionado no mercado do trabalho, do trabalho como valor. O crédito é um instrumento fundamental da construção dos grandes mercados e associa-se à convenção que a moeda é. A generalização do crédito, do mercado e do contrato (dimensão dos mercados e produção em massa) associa-se à ambição de gerar o infinito. A máquina e a tecnociência correspondem à explosão do progresso técnico, à submissão da ciência à técnica, à razão aplicada. O mito da velocidade e da perenidade representam

---

<sup>4</sup> Joseph Schumpeter, *Ensaio: Empresários, Inovação, Ciclos de Negócios e Evolução do Capitalismo* (Oeiras: Celta 1996 [1943]).

<sup>5</sup> Bernard Maris foi um economista culto e informado, um “homem da cidade”, com uma importante obra económica. Desempenhou um papel de relevo no debate público em França, com frequentes intervenções na comunicação social. No dia 7 de janeiro de 2015 estava entre os que foram cruamente assassinados na redação do *Charlie Hebdo*, onde assinava Oncle Barnard. Esta nota é uma homenagem em sua memória.

<sup>6</sup> Bernard Maris, *O Futuro do Capitalismo* (Coimbra: Actual, 2018), p. 47.

o ganho de tempo, a racionalização. Por isso, o capitalismo carece de um “senhor do tempo” que substitua o tempo cíclico, o da vida, pelo tempo linear, o da busca “do excedente pelo excedente”, isto é, da acumulação – que consagre o capitalismo como religião do progresso. Esse “senhor”, que lhe dará os instrumentos, é o Estado, o sistema político e legal, incluindo as leis coercivas, e é neste contexto que podemos, afinal, encontrar a matéria nuclear da construção institucional.

### *A primeira construção institucional: a criação de mercadorias fictícias e a autonomização do mercado*

Esta mão bem visível já agia há muito. A libertação dos obstáculos locais e senhoriais que impediam a criação de um mercado interno para o primeiro mercantilismo está documentada na história. A regulamentação e as leis a partir de um Estado em lenta construção foram essenciais para que a simples ideia de mercado e a realização de transações tivessem significado. Até aí, o desenvolvimento da economia ocorria no quadro social prevalecente, coisa que mais tarde e noutras circunstâncias voltaria a ser lembrado. Os mercados eram instrumentos, não eram sujeitos dominadores. É particularmente clarificador ter presente Polanyi<sup>7</sup>, como faço repetidamente a seguir. No sistema mercantilista, anterior ao capitalismo industrial, “a regulamentação e os mercados (...) cresceram juntos”. Mas aí “a ordem económica é simplesmente uma das funções da ordem social” e “os mercados nunca foram mais do que elementos acessórios da vida económica”. A própria manufatura desenvolveu-se em quadros domésticos. Do mesmo modo, “até finais do século XVIII, a produção industrial na Europa Ocidental era um mero prolongamento do comércio”.

---

<sup>7</sup> Karl Polanyi, *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo* (Lisboa: Edições 70, 2012 [1944]), pp. 209-218.

A questão crucial surge quando a sociedade do século XIX, com o capitalismo industrial, “isolou a atividade económica e a imputou a uma motivação económica à parte”. Isso “foi uma inovação singular”<sup>8</sup>. Com a fábrica e a maquinofatura, tornou-se necessário criar uma força de trabalho “livre”, arrancada às condições e às formas de pertença rurais e agrícolas (de sujeição senhorial ou do campesinato “autónomo”) para serem lançadas no novo mercado, em que a variável central é um salário sem regras. Este não foi, obviamente, um processo espontâneo ou natural, nem uma simples resposta a “incentivos”. Foi um processo protegido, tanto no que diz respeito ao lado da oferta de emprego quanto ao da oferta de trabalho, mas protegido apenas para o capital em formação. A emergência da “economia de mercado” envolveu “poderes, órgãos e instrumentos”, isto é, ação política e legal intervencionista, mesmo coerciva. A sociedade é alterada (pela política) para “que o sistema funcione segundo as suas próprias leis”: “uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado”. Criou-se “uma instituição específica – que não é outra senão o próprio mercado”. Ele “é uma forma institucional que apareceu somente no nosso tempo e em mais nenhum”. A partir daí, “são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico”. A prevalência dos mercados “não decorria de uma qualquer tendência intrínseca aos mercados a proliferarem, mas era antes o efeito de estimulantes artificiais ministrados ao corpo social a fim de dar resposta a uma situação que foi criada pelo fenómeno não menos artificial da maquinaria”<sup>9</sup>. Foi nisto que consistiu a criação da *sociedade de mercado* dentro da qual funcionava a *economia de mercado*.

A “invenção da maquinaria e instalações mais complexas [do que o “sistema doméstico” e a manufatura caseira], o desenvolvimento do *sistema da fábrica*”, causou uma “inversão decisiva”. Isso implicou

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 214.

<sup>9</sup> Ibid., p. 168 e pp. 194-195.

ações radicais, como aconteceu em Inglaterra com a “vedação [*enclosure*] dos campos abertos”, os *commons* “cercados pelos senhores”. Simultaneamente, produziu-se a mercadorização da terra e do trabalho. Desestruturou-se a relação fundiária. Formou-se uma “oferta disponível para a compra.” A moeda, por sua vez, associou-se à acumulação que as alterações da vida material implicavam, deixando de ser apenas um meio para as trocas. Isso desencadeou “uma transformação completa da estrutura da sociedade”. O elemento fulcral desta construção institucional é a criação do que Polanyi designa *mercadorias fictícias*: trabalho, natureza e moeda. Elas são “elementos essenciais da indústria” e, por isso têm “também de ser organizadas em mercados”. A integração no mercado do que não era mercadoria – a terra é a natureza, o trabalho é uma parte da vida de seres humanos e a moeda é um símbolo do poder de compra – resultou, pois, de ações deliberadas de natureza política, jurídica e ideológica. Originará também tensões disruptivas, visto que, afinal, elas “não são, evidentemente, mercadorias”<sup>10</sup>.

Foi a partir daquelas intervenções exteriores, e não dos poderes intrínsecos do capitalismo, que aconteceu essa mudança radical. Aquilo a que se tem chamado a construção institucional do capitalismo é um processo complexo pelo qual a sociedade, a política e as novas instituições que vão criando viabilizam um capitalismo que depois delas se liberta e a elas se impõe. “A fé no progresso espontâneo torna-nos necessariamente cegos para o papel dos governos na vida económica”<sup>11</sup>. Mas esse papel foi muito forte.

Compreende-se assim que “os mercados são instituições que não funcionam essencialmente no interior de uma economia, mas no seu exterior”<sup>12</sup>; “a emergência de mercados nacionais não foi de modo algum o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera

---

<sup>10</sup> Ibid, pp. 213, 215 e 219.

<sup>11</sup> Ibid., p. 168.

<sup>12</sup> Ibid., p. 195.



económica frente ao controlo dos governos. Pelo contrário, o mercado foi o produto de uma intervenção consciente e muitas vezes violenta por parte dos governos que impuseram, com vista a fins que não eram económicos, a organização do mercado à sociedade”<sup>13</sup>. Era preciso viabilizar algo de novo. Formou-se uma sociedade que serviu de “elemento auxiliar do mercado”.

Convém ter presente que não é só na visão polanyiana que a percepção da construção institucional está presente. As tradições são diversas e mostram quem se inquieta com a estreiteza da visão neoclássica ou com a redução do capitalismo a um ente natural, tornado inevitável pela racionalidade individualista. Vale a pena juntar a Polanyi uma linha de pensamento mais convencional, embora matizada pelas intuições institucionalistas<sup>14</sup>, na forma que lhe foi dada pelo novo institucionalismo<sup>15</sup>. Douglass North, um laureado com o “Nobel”, é um autor essencial para se compreender e discutir a *construção*, umas vezes paulatina, outras radical, do capitalismo, sendo este o resultado de evoluções que se vão consolidando. Para ele, o que acontece na Revolução Industrial não é suficiente para termos aquilo que só uma construção institucional posterior há de assegurar, e a que North chama a Segunda Revolução Económica. Esta evolução não é um simples dado histórico, algo que resulte apenas da linha do tempo.

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 461.

<sup>14</sup> No institucionalismo, “as instituições contam”. As sociedades, enquanto comunidades ativas, formam normas, regras, princípios de ação, isto é, “consolidações coletivas de formas de compreender, agir e organizar as interações em sociedade” (veja José Reis, *Ensaio de Economia Impura* (Coimbra: Almedina, 2009), p. 20). Este é tanto o resultado da vida na sociedade e na economia, do desenvolvimento, quanto é aquilo que os enquadra. O “velho institucionalismo” é uma abordagem crítica e teve em Thorstein Veblen (1857-1929) e John Commons (1862-1945) os seus pais-fundadores.

<sup>15</sup> O “novo institucionalismo” é uma evolução do institucionalismo dentro da economia convencional. Ronald Coase (1910-2013) e Douglass North (1920-2015), prémios “nobel” em, respetivamente, 1991 e 1993 são duas referências principais. Somam-se-lhes Oliver Williamson (1932-2020) e Elinor Ostrom (1933-2012), “nobel” em 2009.

Trata-se de ações e deliberações precisas, situadas no campo da política, que transcendem os mercados e as transações. E tal acontece em contextos de incerteza ubíqua e sistemática, num mundo que não é a reprodução calculada do passado, é um mundo “não-ergódico”<sup>16</sup>. Por isso afirma, repetidamente, que é a “criação de um corpo de direitos de propriedade”, “direitos de propriedade específicos (que não são o *laissez faire*)”<sup>17</sup>, que dá forma à evolução económica. A finalidade é evitar a dispersão e a dissipação das formas de criação e apropriação de valor, concentrando-as e tornando-as “eficientes”. É “a evolução dos direitos de propriedade que fez aumentar a taxa de retorno privada para próximo da taxa social”<sup>18</sup>. Trata-se de um conjunto formal de regras que *compensa* quem se ajusta a elas e *constrange* quem lhe desobedeça. Não se pode ser mais claro. Tudo começa, e é aí que está a clareza, na definição dos direitos de propriedade que, obviamente, não estavam estabelecidos nos moldes que o capitalismo necessitava. Ele especifica: direitos sobre a terra, sobre o capital com que se usa o trabalho alheio, sobre as tecnologias e o conhecimento, sobre o excedente produzido, etc. Os mesmos temas da mercadorização identificados por Polanyi. E dá particular importância à ideologia, isto é, aos termos que delimitam o debate e limitam as opções. O capitalismo depende também de ideias que vão sendo geradas e usa-as como ferramenta poderosa. Algo que Piketty<sup>19</sup> veio lembrar recentemente.

É, pois, a especificação dos direitos de propriedade (não os mercados ou as transações) que desencadeia o alargamento do uso dos fatores de produção e dos produtos, resultando daí maior especialização e maior divisão do trabalho, com aumento dos custos de transação.

---

<sup>16</sup> Douglass North, *Understanding the Process of Economic Change* (Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2005).

<sup>17</sup> North, *Structure and Change in Economic History* (Nova Iorque e Londres: Norton & Company, 1981), p. 159.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 173.

<sup>19</sup> Thomas Piketty, *Capital e Ideologia* (Lisboa: Temas e Debates, 2020).

É isto que, numa perspectiva assaz funcionalista, vai exigir mudanças organizacionais com o intuito de reduzir estes últimos custos, de baixar os custos de inovação e, portanto, o aumento da sua taxa de retorno. Mas a verdade é que isso deixa ver o papel que a ciência, a tecnologia, a experimentação e a aprendizagem desempenham na “revolução real” do capitalismo que ocorre na segunda metade do século XIX<sup>20</sup>. Há três passos essenciais que North enfatiza de modo muito particular: o “desenvolvimento das disciplinas científicas”, as “interações intelectuais entre cientistas e inventores” e o “importante passo da evolução dos direitos de propriedade”, das patentes e das “leis complementares (tais como segredos de comércio) com o objetivo de aumentar as taxas de retorno privadas”. Juntam-se a isso formas de limitação do comércio através do monopólio, como resultado da garantia de direitos exclusivos ao longo do tempo”, sabendo-se que esses ganhos privados eram o resultado de financiamentos públicos, “o que refletia a crescente atenção pública para com a alta taxa social de retorno dos avanços científicos”<sup>21</sup>.

Em suma, o capitalismo foi viabilizado por deliberações e circunstâncias que estão para lá da sua natureza intrínseca, se entendermos que esta é constituída pela racionalidade do mercado e pelas transações. E também não tem uma forma estável e definitiva, quer dizer, não assumiu sempre uma condição constante. A questão básica, que é útil assumir, é que ele não funciona sozinho. É demasiado frágil. Precisa de quem lhe assegure duração depois de lhe ter originado as características essenciais.

---

<sup>20</sup> North, *Structure and Change in Economic History*, p. 159 e 162.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 173.

## *O capitalismo não funciona sozinho: “fraqueza congênita” e necessidade de incrustação*

Como sintetiza João Rodrigues<sup>22</sup>, “a reprodução [do capitalismo] foi assegurada porque ele nunca dependeu exclusivamente do mercado”. Podia supor-se, como começa por sugerir Boldizzoni<sup>23</sup>, que uma “*estrutura social altamente hierarquizada e uma orientação individualista*” seriam as “duas forças poderosas” que bastariam para “manter o capitalismo vivo” e sobre a qual se desenvolvia “um tipo de sociedade compatível com o controlo dos meios de produção por uma minoria e com o uso do mecanismo do mercado para a alocação dos recursos e dos fatores de produção”, a que se juntava “uma cultura burguesa (...) orientada para a obtenção de riqueza para fins pessoais”. Contudo, não demora que seja também necessário juntar o argumento de que a sua “ascensão, duração e declínio (...) depende de condições que transcendem as características inerentes ao seu tecido”<sup>24</sup>. O “capitalismo não é um sistema rígido”, ele tem uma “plasticidade inerente”, de que resulta a sua “adaptabilidade” – a “maleabilidade é a sua grande força”<sup>25</sup>. “Uma sociedade puramente capitalista trabalharia de um modo completamente diferente daquelas que observamos historicamente, *se é que na realidade poderia existir*”<sup>26</sup>. Para Hodgson, que define o capitalismo como “um sistema de produção com seis características”<sup>27</sup>, ele

---

<sup>22</sup> João Rodrigues, “Endogenous Preferences and Embeddedness: A Reappraisal of Karl Polanyi”, *Journal of Economic Issues*, 38, 1 (2004): 198.

<sup>23</sup> Boldizzoni, *Foretelling the end of capitalism*, p. 232 e p. 245.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>25</sup> Dani Rodrik e Stefanie Stantcheva, “Fixing capitalism’s good jobs problem”, *Oxford Review of Economic Policy*, 37, 4 (2021): 824-825.

<sup>26</sup> Schumpeter, *Ensaio*, p. 159 (itálico no original).

<sup>27</sup> Um sistema legal que garante um conjunto largo de direitos e liberdades para acesso à propriedade privada. Troca de mercadorias e mercados que envolvem dinheiro. Propriedade privada dos meios de produção através de empresas que produzem e vendem bens e serviços para obterem lucros. Produção organizada separadamente da família e da casa. Trabalho assalariado e relação contratual de emprego. Um sistema financeiro

“não é um simples sistema de mercado: contém, inevitavelmente, diferentes subsistemas de governação, produção, distribuição e troca”<sup>28</sup>.

O primeiro grande momento da construção institucional do capitalismo, de uma economia industrial baseada no assalariamento, correspondeu, como vimos, ao propósito intervencionista de libertar a economia da sociedade, as transações do seu contexto, de autonomizar o mercado. Contudo, “a separação institucional entre a política e a economia, [revelar-se-ia] um perigo mortal para a substância da sociedade”. A “dinâmica intrínseca” do sistema de mercado foi breve: “Bastante paradoxalmente, (...) também a organização da própria produção capitalista tornava necessário preservar os efeitos devastadores de um mercado autorregulado”<sup>29</sup>. Isso consistiu, essencialmente, em retirar do mercado o que não era do mercado. Agir sobre a ficção. Daí resultaria uma sociedade industrial dotada de instituições não-mercantis. Esta foi “a grande transformação”. “Todas as economias realmente existentes são incrustadas” na sociedade<sup>30</sup>. Foi assim antes do capitalismo, volta a ser assim com o capitalismo industrial, depois da breve ilusão.

É de novo em Karl Polanyi que estas intuições se encontram numa visão inspiradora. Há uma “debilidade congénita” do capitalismo que o impede de funcionar por si, apenas com as instituições criadas para proporcionar a sociedade de mercado. De facto, esse passo no sentido do funcionamento de um mercado que passava a sujeitar outros elementos essenciais para que o capitalismo progredisse revelou-se rapidamente uma distopia trágica. “A civilização do século XIX desmo-

---

desenvolvido com instituições bancárias e de crédito, com a propriedade a servir de colateral (Geoffrey Hodgson, *Conceptualizing Capitalism: Institutions, Evolution, Future* (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2015), p. 259).

<sup>28</sup> Ibid., p. 381.

<sup>29</sup> Polanyi, *A Grande Transformação*, p. 300.

<sup>30</sup> Rodrigues, “Endogenous Preferences and Embeddedness”, p. 197.

ronou-se”<sup>31</sup>. A conflitualidade, a exploração e, sobretudo, a impossibilidade de um mercado autorregulado não tardaram a revelar os seus limites e as suas incapacidades. A grande crise de 1929 tornou isso claro, depois do que as últimas décadas do século XIX já tinham revelado, e requereu de novo que outras ações viessem enquadrar o capitalismo.

O trabalho e os recursos naturais ficaram desprotegidos, a moeda estava desregulada e ameaçava as “empresas produtivas”. Deixá-los nas mãos do mercado “equivale a aniquilá-los”. Geraram-se “tensões institucionais de fundo”, “tensões explosivas” resultantes de uma “uniformidade de ordenamentos institucionais” e que se manifestariam nas “principais esferas institucionais” através de “acontecimentos reais”: pelo desemprego, pelas tensões entre classes e pelas rivalidades imperialistas<sup>32</sup>. Em vista das deficiências da autorregulação, a sociedade protegeu-se e a intervenção política foi de novo necessária.

### *A segunda construção institucional: a reincrustação na sociedade*

Karl Polanyi explicou-nos a construção institucional que possibilitou o capitalismo e, com igual originalidade, mostrou-nos como a construção de um sistema de mercado que determinasse todas as instâncias da vida individual e coletiva era insustentável e daria, como deu, origem a crises profundas, sendo a de 1929 a mais expressiva.

A impossibilidade de o mercado levar a cabo uma autorregulação bem sucedida ficou demonstrada pelas “tensões disruptivas” que ocorreram no meio século que culminou na grande depressão dos

---

<sup>31</sup> Esta é a frase inicial do capítulo 1 de *A Grande Transformação*. Mas também é claro no livro “o estabelecimento da economia de mercado” no século XIX é, ela própria, “uma transformação decisiva” (p. 171). “Uma súbita transição” (p. 192).

<sup>32</sup> Polanyi, *A Grande Transformação*, p. 298, 302 e 410.

anos 30<sup>33</sup>. Só se o trabalho fosse sempre abundante e fornecido sem restrições, com grandes reservas de mão-de-obra, só se houvesse sempre terra livre e disponível, só se a moeda não fosse regulada por uma autoridade e não tivesse, portanto, uma referência externa – só nestas condições se poderia considerar aquela autorregulação. Isto mesmo trouxe consigo um outro elemento essencial: não se tratava apenas de limitar e conter, tratava-se de redistribuir. A limitação e regulamentação dos tempos de trabalho e a eliminação de condições de trabalho desumanas foram mecanismos talvez mais poderosos do que os ganhos salariais alcançados, incluindo no seu significado redistributivo. Na verdade, tratava-se de reincrustar na sociedade um sistema económico que não podia funcionar sem ela. Há, por isso, dois grandes movimentos que possibilitaram e consolidaram o capitalismo industrial inicial.

A distinção entre sociedade de mercado e sociedade industrial é muito importante: “*A fraqueza congénita da sociedade do século XIX resultava do facto de ela ser, não uma sociedade industrial, mas uma sociedade de mercado. A civilização industrial continuará a existir quando a experiência utópica de um mercado autorregulado já não for mais do que uma recordação do passado*”, escreveu Polanyi<sup>34</sup>. A ideia de um “mercado autorregulado”, isto é, uma economia de mercado autonomizada, “libertada” da relação com as instituições sociais não-mercantis que eram próprias das sociedades pré-capitalistas, revelou-se uma “utopia” impossível e insustentável.

Quando se manifestaram os problemas essenciais desta primeira transformação em que tudo foi feito para viabilizar o capitalismo e o autonomizar, tornou-se necessário reinserir, reincrustar, o capitalismo numa sociedade que, de novo, o viabilizasse. Isto era o contrário do que a esfera política tinha feito num primeiro momento. O capitalismo

---

<sup>33</sup> Curiosamente, Polanyi, em *A Grande Transformação*, só usa o termo Grande Depressão ou Depressão para se referir à de 1873-1886. Quando se trata da crise dos anos 30 fala de depressão.

<sup>34</sup> Polanyi, *A Grande Transformação*, p. 461 (itálico no original).

não funcionaria apenas *em si* nem *por si*. “A economia de mercado, se a deixassem evoluir segundo as suas próprias leis, criaria grandes males permanentes”, avisou Polanyi<sup>35</sup>. Os “contramovimentos” são, pois, essenciais à sua própria sobrevivência. O passo essencial consistiu em “retirar ao mercado os elementos da produção – terra, trabalho e moeda”, “eliminando a ficção da mercadoria”<sup>36</sup>. Estes elementos têm, na verdade, uma dupla natureza: por um lado são mercadorias, isto é, são colocadas no mercado, desenraizadas da sua condição anterior; por outro lado, não se lhe podem aplicar ilimitadamente as leis da oferta e da procura. Como sintetizou Wolfgang Streeck, “uma mercadoria fictícia define-se como um recurso ao qual as leis da oferta e da procura só se aplicam parcialmente e dificilmente; ela só pode, portanto, ser tratada como mercadoria de forma cuidadosamente circunscrita, regulada, pois a completa mercadorização vai destruí-la ou torná-la inútil”<sup>37</sup>.

O próprio funcionamento do capitalismo de mercado iria, portanto, obrigar à “proteção” das terras, dos trabalhadores e das moedas, visto que se desencadearam depressões: nos Estados Unidos, “bastou cerca de uma década de prosperidade, até 1929, para causar uma depressão tão brutal que, para a enfrentar, o *New Deal* resolveu proteger o trabalho e a terra por meio de um fosso defensivo mais profundo e largo do que tudo o que a Europa conhecera”<sup>38</sup>. Polanyi conclui pelo “acerto” da sua tese: “a proteção social acompanha obrigatoriamente um mercado autorregulado”. Em suma, “em última instância, a autorregulação deficiente do mercado conduziria à intervenção política”, “os governos tiveram de enfrentar a tensão”<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 298.

<sup>36</sup> Ibid., pp. 462-463.

<sup>37</sup> Streeck, “How Will Capitalism End?”, *New Left Review*, 87 (2014): 50-51.

<sup>38</sup> Polanyi, *A Grande Transformação*, pp. 398-399.

<sup>39</sup> Ibid., p. 404.



O capitalismo industrial careceu, pois, da formação de uma sociedade que o viabilizasse na sua forma inicial e precisou de outra sociedade quando, perante a crise e a dificuldade de funcionar, necessitou que se lhe assegurasse continuidade. Foi em sociedades nacionais, com todas as suas complexidades e instâncias, que isso aconteceu. Estabeleceu-se assim “uma sólida couraça protetora das unidades de vida social que, entretanto, se formavam. Estas unidades eram uma nova entidade fundida no molde da nação”. São “nações de tipo crustáceo”. A segunda grande intuição de Polanyi, a seguir à da construção institucional do capitalismo, é a de que ela envolve um duplo movimento: *extensão* de mercados e *proteção* face aos mercados.

O resultado foi uma “sociedade industrial”, uma “civilização industrial” que superasse as incapacidades da sociedade de mercado, assente “numa base que não [é] a do mercado”, mas a de “grandes instituições duradoras” com as quais o “primado da sociedade de novo se afirma”<sup>40</sup>, para assim tornar possível o que não o seria sem ela. Foi pela construção de instituições que economia e mercado se impuseram e foi por uma nova construção de instituições que ganharam amparo, proteção e estímulo. Foi preciso dar lugar a “instituições que tornem os direitos eficazes”, visto que “uma simples declaração de direitos é insuficiente”<sup>41</sup>. Numa frase muito tributária de John Commons, quando este diz que as instituições são “ação coletiva no controlo, libertação e expansão da ação individual”<sup>42</sup>, supõe-se que “ao nível institucional, a regulação expande e ao mesmo tempo restringe a liberdade”, visto que há princípios a observar e a garantir, como os que resultam da “imposição compulsiva de uma distribuição mais justa dos rendimentos, dos ócios e da segurança”<sup>43</sup>. Nisto consiste,

---

<sup>40</sup> Ibid., p. 462.

<sup>41</sup> Ibid., p. 468.

<sup>42</sup> John Commons, “Institutional Economics”, *American Economic Review*, 21 (1931): 648-649.

<sup>43</sup> Polanyi, *A Grande Transformação*, p. 406.

afinal, a “liberdade numa sociedade complexa”, título do último capítulo de *A Grande Transformação*.

Não é, de facto, de um capitalismo concebido apenas como um sistema assente no mercado, na apropriação privada dos meios de produção, na relação salarial e em formas avançadas de desenvolvimento tecnológico que aqui estamos a tratar. Um sistema com o significado histórico do capitalismo não existiria só com as suas características mercantis ou empresariais. É preciso também falar do que viabiliza e ampara o capitalismo. Compreendemos, através disso, que, mais do que de um sistema puro, é de um sistema complexo e matizado que tratamos. Pelas mesmas razões, a emergência, a consolidação e as crises do capitalismo não são processos lineares de um só sentido. O capitalismo não está sozinho e depende do que o acompanha, mesmo numa fase de abundância, ou melhor, para que uma fase de abundância seja possível e se mantenha. A “proposição de que *cada sistema socioeconómico, para funcionar, deve assentar em pelo menos um subsistema estruturalmente dissemelhante*”<sup>44</sup> tem, de novo, pleno cabimento. É o princípio da impureza: uma economia impura que reclama uma Economia impura<sup>45</sup>, isto é, uma economia política.

De facto, antes do capitalismo foi sempre no quadro de sociedades organizadas e em relação fina com elas que a produção, o exercício do trabalho e as transações se foram estabelecendo e desenvolvendo. Os alvares da manufatura e da maquinofatura ocorreram igualmente nestes contextos. A economia estava “incrustada” na sociedade. Por sua vez, o mercado, enquanto mecanismo de regulação, e a economia de mercado, enquanto arquétipo de organização, resultaram de um processo de autonomização deliberado relativamente à sociedade, através de regras estabelecidas para o efeito, de direitos consignados e do desmantelamento de relacionamentos anteriores. E, quando esta diferença,

---

<sup>44</sup> Hodgson, *Conceptualizing Capitalism*, p. 40.

<sup>45</sup> Reis, *Ensaio de Economia Impura*, op. cit.

que distingue a sociedade do século XIX, mostrou a sua incapacidade da autorregulação e criou formas dramáticas de conflito e crise, foi de novo a sociedade que teve de se proteger e criar novas formas de incrustação social e política da economia, para que esta não soçobrasse. Depois da construção institucional do capitalismo houve que regressar a compromissos institucionalizados, que nalguns momentos da história foram particularmente acelerados – estas foram as condições de existência dos capitalismos contemporâneos. Mas ainda o serão?

## **2 – As ferramentas que cinzelaram o “capitalismo contratual” e a emergência de uma financeirização insustentável**

Contemporaneamente, os exercícios mais desafiadores são os que consistem em interpretar duas sucessões fundamentais: aquilo a que Wolfgang Streeck chama “capitalismo democrático”, que caracterizou as sociedades desenvolvidas do ocidente nos trinta anos posteriores à II Guerra Mundial, e o que hoje se designa financeirização do capitalismo. O primeiro constituiu, como já defendi<sup>46</sup>, uma importante “ordem relacional” e assentou no desenvolvimento da capacidade produtiva, especialmente a industrial, no aprofundamento do *nexo salário-procura*, na centralidade das políticas redistributivas, na presença do Estado na democratização das relações económicas e no papel essencial da ação coletiva geradora de poderes compensadores. Por isso mesmo, Michel Aglietta<sup>47</sup> designa-o “capitalismo contratual” em vista das “instituições de mediação” através das quais a negociação, a autonomia das políticas nacionais e a regulação estrita da finança tinham lugar. O segundo, que tem por base o poder financeiro e as

---

<sup>46</sup> Reis, “A ordem relacional do capitalismo”, *Boletim de Ciências Económicas*, 57, 3 (2014): 2991-3022.

<sup>47</sup> Michel Aglietta (dir.), *Capitalisme: Le Temps des Ruptures* (Paris: Odile Jacob, 2019).

transações que ele desencadeia no quadro dos mercados de capitais ou dos bancos, estabeleceu o *nexo crédito-procura* e obriga-nos a pensar nas várias desordens que o capitalismo contemporâneo é capaz de criar. Tudo isto sempre com a noção de que o capitalismo, mais do que um estado de organização económica, social e política, é, afinal, algo em transformação permanente. Estes dois tipos de capitalismo, cuja natureza enfatizarei, inscrevem-se numa evolução geral dos modos de regulação que foi convincentemente analisada pela “escola francesa da regulação”<sup>48</sup>. A transição entre estes dois modelos indica-nos que se passou para modos de regulação (ou desregulação) em que a concorrência internacional se aprofundou, em que a terciarização se tornou o “centro de gravidade” da economia e em que o poder económico (e político) passou dos grandes grupos industriais para os detentores de ativos financeiros.

*As formas de economia mista nos capitalismos desenvolvidos da segunda metade do século XX: um “capitalismo democrático” e estável?*

A evolução dos salários diretos, repartindo os ganhos de produtividade de uma industrialização em pleno desenvolvimento, foi o mecanismo pelo qual se articulou o modelo produtivo e o modelo de consumo nos países avançados. Tratou do salariado como mais do que uma mera forma de recrutamento da força de trabalho. A *relação salarial* passou a constituir também um mecanismo de inclusão social. E chegaria o momento em que à negociação do salário direto se juntaria a do salário indireto. Numa fase inicial de configuração de um capitalismo atento aos processos de inclusão, isso ainda residiu na própria esfera

---

<sup>48</sup> Robert Boyer, *Économie politique des capitalismes: Théorie de la régulation et des crises* (Paris: La Découverte, 2015).

empresarial e na vontade do capitalista: a habitação nos bairros operários junto às fábricas, as creches, as dádivas sob a forma de dons, a criação de processo simbólicos de pertença comum. Mas o paternalismo e a discricionariedade não são sustentáveis nem generalizáveis. É aí que intervêm o Estado e a ação pública, sob formas diversas.

A introdução dos princípios coletivos de negociação e de organização das relações laborais, a representação igualmente coletiva e a introdução de normas não apenas salariais e pecuniárias, superaram a condição individual e frágil do trabalhador e constituíram, porventura, o primeiro passo de limitação da natureza rude do capitalismo. A história do sindicalismo e da organização coletiva operária assim o demonstram.

Este foi, pois, um momento decisivo da formação dos capitalismoos que, a seguir à segunda guerra mundial e até aos anos setenta, configuraram formas avançadas de integração através do trabalho e dos mecanismos inclusivos que este gera. Mecanismos diretos (emprego e salários) e indiretos (salários indiretos, através de políticas públicas particularmente ativas). Tratava-se, afinal, de uma forma de estruturação positiva das sociedades, em contextos nacionais conflituais e dinâmicos<sup>49</sup>. Temos, portanto, um quadro consolidado de relações entre o capital e o trabalho e isso foi institucionalizado mesmo em países com tradições diferentes e significativas. A expansão do Estado providência, os direitos sindicais de negociação, os objetivos do pleno emprego, tudo isto correspondeu ao uso da “caixa de ferramentas keynesiana”. Há, pois, todas as razões para dar autonomia à análise deste fenómeno. Mesmo sabendo-se que as periferias e as semiperiferias continuavam a ser muito mais largas do que este centro.

---

<sup>49</sup> Ao estudar os bancos centrais deste período Éric Monnet, em *La Banque Providence: Démocratiser les Banques Centrales et la Monnaie* (Paris: Seuil, 2021) fala, de forma muito significativa, de uma “banca providência”. Ele refere-se à institucionalização do crédito tendo em vista objetivos económicos e sociais, aos aspetos estabilizadores das políticas monetárias e, sobretudo, à inserção destes bancos no sistema de planeamento. Estavam, portanto, dentro do sistema económico.

A expressão *economia mista* visa exatamente representar esta forma muito particular em que um capitalismo de base produtiva e industrial alarga consideravelmente o sistema de emprego, alcança ganhos de produtividade, redistribui-os através dos salários e conjuga-se com um Estado que desenvolve ativamente políticas públicas de educação, formação e ciência, de saúde, de segurança social, de infraestruturização e de administração. Uma soma de poder empresarial e gestão tecnocrática com controlo democrático e iniciativa e provisão públicas. Dinâmicas públicas e privadas, numa relação necessariamente tensa com uma sociedade em que as formas de ação coletiva estavam também em afirmação e desenvolvimento. É, pois, um momento de plena reincrustação da economia na sociedade, na política e na vida cultural.

Este é o *momento gramsciano* de hegemonia do capitalismo. Aquele em que o consentimento ativo da autoridade por parte de larga parte da população, incluindo a classes trabalhadoras organizadas, se torna relevante, mesmo nunca se esquecendo onde reside o poder e quem, em última instância, o detém. A hegemonia por parte de uma elite que nunca tinha sido tão sofisticada e complexa estabeleceu-se em múltiplos planos da sociedade, além da economia – numa indústria cultural, no consumismo, nas ideias e, por isso, nas ideologias. Como salienta Max Krahé, no longuíssimo debate sobre as relações entre capitalismo e democracia, que vem desde o início do século XIX e em que se salientam as narrativas da “incompatibilidade” e do “antagonismo”, abre-se pela primeira vez um espaço sólido para a narrativa da “parceria”. Aceita-se que “o capitalismo e a democracia podem caminhar juntos” e no “centro do novo paradigma estava uma ideia de modernidade como uma totalidade integrada e, evidentemente, própria de uma época”, mais do que “congénita e permanente”<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Maximilian Krahé, “Changing Accounts of the Relationship between Capitalism and Democracy: From Incompatibility to Partnership, and Back?”, *History of Political Thought*, XLIII, 1 (2022): 197.

Wolfgang Streeck assume o termo “capitalismo democrático”, sabendo que “historicamente é um fenómeno recente”<sup>51</sup>. Podemos pressupor que tal corresponde a uma ordem económica, social e política em que teve lugar “um contrato social no qual as expectativas recíprocas do capital e do trabalho, dependentes do lucro e dependentes do salário, estão estabelecidas de forma mais ou menos explícita, [através] de uma constituição económica formal e informal”<sup>52</sup>. Não se discute agora se esta foi a “fórmula da paz” ou apenas o mecanismo “estável” que assegurou “a lealdade das massas de trabalhadores e consumidores em relação ao capitalismo dos pós-guerra”. Nem se isso resultou da consolidação de um “sistema de gestão tecnocrática da economia”, de um “sistema económico regulado pela política” e pelas “grandes burocracias estatais”<sup>53</sup>, em que o planeamento estatal intervém ao lado ou até em vez do mercado, garantindo o crescimento e o pleno emprego. Assume-se, pois, que se tratou da institucionalização de mecanismos sociais e políticos muito precisos entre os quais as ideias, as culturas e o consumo. Avulta aí o papel do Estado na configuração da economia e no seu enquadramento e viabilização, e o lugar decisivo do sistema de emprego na dupla relação que consiste no uso da força de trabalho e na redistribuição de riqueza através do salário direto e indireto. Dessa forma se terá constituído o que parecia mais difícil de alcançar pelos capitalismos iniciais: um quadro institucional de governação e coordenação económica para lá do papel do mercado e assente em processos alargados de inclusão social, através dos “dividendos do progresso”.

O quadro macroeconómico que envolve este modelo de capitalismo assenta num “crescimento contínuo e estável, em moedas saudáveis,

---

<sup>51</sup> Streeck, (2013b), “The Politics of Public Debt: Neoliberalism, Capitalist Development, and the Restructuring of the State”, *MPIfG Discussion Paper*, 13/7 (2013), p. 2.

<sup>52</sup> Streeck, *Tempo Comprado: A Crise Adiada do Capitalismo Democrático* (Coimbra: Actual, 2013).

<sup>53</sup> *Ibid.*, pp. 41-42 e 47.

num mínimo de equidade social e na distribuição de alguns dos resultados obtidos com aqueles que, sem disporem de capital, eram pré-requisitos para uma economia política capitalista que dispusesse da legitimidade de que necessitava”<sup>54</sup>. Uma espécie de “endometabolismo” que funciona. Compreendeu-se então, como em nenhum outro momento, que as desigualdades contrariam e fazem diminuir o crescimento, a produtividade e a procura. O Estado, ao intervir nos próprios mercados e ao corrigi-los em nome do interesse dos cidadãos e ao constituir-se em agente de provisão em domínios essenciais, tornava-se um elemento central deste quadro. Compreendeu-se também, como em nenhum outro momento, que a estabilização e o crescimento da economia podem depender dos recursos, do capital, das tecnologias, do trabalho e das suas qualificações – mas dependem muito, talvez essencialmente, do contexto social e político que se cria, das relações que se estabelecem, dos objetivos que se fixam. Aqui, isso revelou-se positivamente. Mais tarde, essa compreensão ficaria também disponível, mas então seriam os fatores negativos que revelariam a fotografia. Lá chegaremos.

Eis, pois, um momento de “reconciliação” entre o capitalismo e a democracia, quando a norma tinha sido a conflitualidade. Enfim, uma forma previsível, quase planeada, com capacidade sustentável de reprodução a que se pode associar a ideia de uma “ordem social legitimada”<sup>55</sup>. Streeck não hesita em afirmar: “o socialismo e o sindicalismo, ao colocarem um travão na mercadorização, salvaram o capitalismo da destruição das suas fundações não-capitalistas – confiança, altruísmo e solidariedade no quadro familiar e comunitário”<sup>56</sup>. O “medo da abolição da propriedade privada por maiorias democráticas” e a expectativa dos trabalhadores de que os capitalistas promovessem o “retorno ao autoritarismo” foram substituídos pelo “alinhamento do

---

<sup>54</sup> Streeck, “How will Capitalism End?”, p. 37.

<sup>55</sup> Ibid., p. 40.

<sup>56</sup> Ibid., p. 50.



capitalismo e de democracia um com o outro”, com aceitações mútuas por parte das duas classes. Hoje as dúvidas regressam.

Este argumento do medo ou, se se preferir, da presença clara, tanto nos quadros internos como nos internacionais, de alternativas com poderes capazes para desafiar o capitalismo rude, é incontornável e tem sido bem evidenciada por vários autores, na sequência de uma sugestão bem fundada de Hobsbawm<sup>57</sup>. Havia, pois, espaço e poder para negociar e progredir: “essencialmente, esta fórmula implicava que as classes trabalhadoras organizadas aceitassem os mercados capitalistas e os direitos de propriedade em troca de democracia política, o que lhes permitiria alcançar segurança social e um padrão de vida regularmente crescente”<sup>58</sup>.

### *Esgotamento, crise e convulsões: a emergência da financeirização*

A datação das formas contemporâneas de capitalismo, das suas evoluções e transformações não está devidamente estabilizada, e compreende-se que assim seja, tendo em conta a variabilidade em que tenho insistido. A ideia de que há uma fase relevante que compreende o período entre a segunda guerra e o início dos anos setenta e a crise de petróleo está, no entanto, convencionalmente assente. Os termos dinâmicos e estruturais desse momento são os que se discutem a propósito do fordismo<sup>59</sup> e do “capitalismo democrático”. Os do seu esgotamento e da sua crise procedem daí mesmo. O fenómeno

---

<sup>57</sup> Veja-se João Rodrigues, “Na sombra de 1989: economia política internacional depois do fim da história”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número especial (2018): 189-216 e *O Neoliberalismo Não É Um Slogan* (Lisboa: Tinta da China, 2022).

<sup>58</sup> Streeck, “How will Capitalism End?”.

<sup>59</sup> O “fordismo” é o “arquétipo” do capitalismo relacional. Ele combina as suas relações fundamentais (propriedade, assalariamento e acumulação) com práticas redistributivas. Hoje podemos dizer que foi uma “excepcionalidade” – correspondeu ao “primado dos compromissos” (Boyer, *Économie politique des capitalismes*, p. 241).

mais substantivo foi o do abrandamento dos ganhos de produtividade em que tal modelo assentou. Quando isso aconteceu, a lógica de redistribuição, quer a favor do trabalho, quer a favor do financiamento do Estado para assegurar a provisão pública, ficou sujeita a constrações que até aí não se conheciam. A isso se juntaram aumentos de custos, como os que resultaram da espetacular evolução dos preços da energia, das limitações ambientais emergentes, ou de uma mão-de-obra muito mais qualificada, num quadro de conflitualidade crescente.

Na síntese de Streeck, “o capitalismo democrático do pós-guerra conheceu a sua primeira crise na década de 1970, quando a inflação começou a crescer rapidamente no mundo ocidental, à medida que o crescimento económico em diminuição dificultava a manutenção da fórmula político-económica de paz entre capital e trabalho que permitiu terminar os conflitos internos depois da devastação da segunda Guerra mundial”<sup>60</sup>.

A crescente terciarização das sociedades, com a emergência da economia de serviços, as alterações na procura que se sucederam ao acesso a bens de consumo duradouros, a acumulação de capital cultural, educativo e de informação, a diferenciação das formas de utilização do tempo ou a promoção do lazer, tudo isto haveria de se articular com a pressão para a privatização e a liberalização de domínios tão importantes como os que se relacionam com o crédito, os sistemas bancários e os movimentos financeiros. A década de setenta não foi ainda a da emergência de uma mutação verdadeiramente estrutural do capitalismo. Esta haveria de ocorrer no final do século, especialmente na década de noventa, e consiste no peso crescente que a acumulação em ativos financeiros iria alcançar e no poder que eles irão exercer através de novos atores e novos sujeitos do capitalismo, em mercados financeiros privatizados, liberalizados e dotados de racionalidade própria e nova.

---

<sup>60</sup> Streeck, “How will Capitalism End?”.

As empresas, procurando aliviar os custos do capital que as novas condições produtivas tornavam pesados, procuraram financiar-se através da transferência dos riscos de crédito possibilitadas por uma gestão financeira agressiva. Os Estados viram-se obrigados, por um poder ideológico transformado em norma, a substituir o financiamento através dos seus bancos centrais pelo financiamento no mercado. As famílias viram as suas dívidas aumentarem sistematicamente em relação ao rendimento de que dispõem. Como refere Aglietta: “O movimento da economia global fica inteiramente sujeito ao ciclo financeiro que descreve a dinâmica interativa da alavanca de endividamento e da alternância de apreciação e depreciação dos ativos” [financeiros]<sup>61</sup>.

Estamos perante uma poderosa e radical inovação: a autonomização do poder dos mercados financeiros que agem à escala internacional, com intensas transações que penetram todas as esferas de ação (empresarial, do Estado, das famílias, isto é, as esferas produtiva e pública, e a reprodução social). A financeirização deu lugar a uma forma de relacionamento original entre os capitais e os meios de financiamento, por um lado, e os sistemas de produção e provisão, por outro. As relações de domínio e submissão dos primeiros relativamente aos segundos tornaram-se mais fortes do que as de desenvolvimento e inclusão<sup>62</sup>. Adoto aqui as noções de financeirização já consagradas, especialmente a que, na sequência das propostas de Gerald A. Epstein<sup>63</sup>, a entende “como o incremento do poder económico, social e político dos atores, motivos e mercados financeiros”<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> Aglietta, *Capitalisme*, p. 38.

<sup>62</sup> Reis, *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Portuguesa numa Periferia Persistente (1960-2017)* (Coimbra: Almedina, 2018), p. 26.

<sup>63</sup> Gerald Epstein (ed.), *Financialization and the World Economy* (Aldershot: Edward Elgar, 2005).

<sup>64</sup> João Rodrigues, Ana Cordeiro Santos e Nuno Teles, *A Financeirização do Capitalismo em Portugal* (Coimbra: Actual, 2016).

A isso acresce um enorme aumento dos ativos financeiros existentes num dado momento relativamente ao PIB.

Como premonitoriamente tinha sido apontado por François Chesnais<sup>65</sup>, a estrutura patrimonial da economia altera-se radicalmente e isso é acompanhado por uma recuperação da iniciativa da esfera do poder financeiro perante o Estado. Falamos de “finanças concebidas como indústria”, de “hipertrofia da esfera financeira”, de “desregulamentação e desintermediação” ou mesmo de “engenharia financeira”, o que estava em processo no fim do século passado era uma “destruição das relações que garantiam a estabilidade do crescimento”, o que justificava a hipótese de encadeamentos cumulativos com “efeito depressivo profundo”, quer dizer, a crise de um “modo de desenvolvimento” revelava as suas dimensões fundamentais.

É bom lembrar que a soberania sobre a política monetária, a criação e circulação de moeda tanto à escala nacional quanto à internacional, era um dado essencial do capitalismo industrial cujas dinâmicas de funcionamento e de acumulação residiam na dimensão produtiva, e não na de circulação de ativos financeiros e mesmo na especulação. As bases essenciais dos capitalismo anteriores à financeirização eram, com efeito, a indústria e a regulação nacional. É essa centralidade que agora desaparece, a favor de mercados financeiros liberalizados e internacionalizados. A mercadorização tendencial de todas as esferas da vida, as alterações desequilibradoras introduzidas na política fiscal, a remissão da redução das desigualdades para fora das relações laborais e a sua ligação a práticas assistencialistas ou individualistas, a proteção plena de qualquer forma de propriedade, incluindo a que se relaciona com bens públicos, como o conhecimento (patentes), e a sua agilização no quadro de transações sem limites, tudo isto ajuda a compreender transformações cujo núcleo principal residiu nas alterações da lógica de acumulação que acima se apontaram e fizeram dos finais do século

---

<sup>65</sup> François Chesnais, *La Mondialisation du Capital* (Paris: Syros, 1994).

XX um tempo muito distinto do seu início, por razões que vão para lá do óbvio.

A questão mais problemática que resulta de tudo isto é o desligamento das relações próximas entre capitalismo e democracia em contextos materiais, sociais e políticos precisos, isto é, no quadro de sociedades concretas. Como sintetiza João Rodrigues, “a pulsão mercado-rizadora capitalista, agora irrestrita, estaria a destruir as bases não mercantis de que o próprio capitalismo historicamente dependeu para assegurar uma certa estabilidade socioeconómica e política”<sup>66</sup>.

Na verdade, Estado e famílias, sistemas bancários e empresas de diferentes dimensões têm, para estruturar a suas atividades, de lidar com um poder novo, que as transcende e que age num plano supranacional, usando mercados onde o domínio que pode exercer é grande: os fundos financeiros, as transações que visam, através dos juros, captar a riqueza produzida, em suma, os chamados “mercados financeiros”, são esse poder. Este é o grau máximo de “desincrustação” de uma dimensão fundamental das economias contemporâneas. Estabeleceu-se uma nova desordem. Realizou-se um movimento deslaçado de contramovimentos que o equilibrassem.

Uma tendência deste tipo é difícil de delimitar e há sempre acelerações à vista. Uma delas, que hiperboliza muito do que acabou de se referir é o que, à falta de melhor termo, se pode designar “economia da plataforma”. Ela tem evidentes relações com o domínio da financeirização, mas estabelece um campo de atuação muito próprio: trata-se da “economia de redes dominada pelos grandes atores da economia digital, as GAFAM e seus análogos, especialistas do tratamento em massa de dados reunidos em tempo real (como a Google), organizadores de redes sociais (como o Facebook), mastodontes do comércio eletrónico (como a Amazon), fornecedores de programas informáticos que facilitam os interfaces com numerosas aplicações

---

<sup>66</sup> Rodrigues, “Na sombra de 1989”, p. 194.

(como a Microsoft), inventores de equipamentos e de aplicações (como a Apple)”<sup>67</sup>. Esta “nova economia” tem um poder de tal ordem, uma tal capacidade de influência sobre a política fiscal ou as regulamentações e uma tão elevada capacidade para mobilizar rendimentos de escala que, por si só, transforma as relações Estado/economia, consolida o domínio das multinacionais americanas e estabelece uma tensão crescente com os setores produtivos até aí importantes.

Deve, pois, regressar-se à discussão proposta por Max Krahé<sup>68</sup> porventura para discutir quão contingentes foram as relações do capitalismo com a democracia na sua fase de “parceria”, quão circunstanciais foram as interpretações sobre os processos de redução das desigualdades ou quão formais e limitadas foram os conceitos de democracia trazidos para o debate. Ou ainda, e talvez preferencialmente, para compreendermos os processos económicos e políticos que deslocam o poder de deliberação e a configuração do sistema político para esferas totalmente alheias aos espaços público e democrático e, portanto, à participação popular, ou mesmo apenas alheias ao cabal exercício da autoridade que delegamos nos que elegemos. Uma discussão que, aliás, pode envolver outras dimensões, incluindo as que dão valor ao quadro globalista, como Robert Kuttner<sup>69</sup> sugere. Tudo, afinal, são questões que têm estado sempre presentes em cerradas lutas intelectuais e políticas desde meados do século passado e que João Rodrigues<sup>70</sup> demonstrou, com grande rigor, a propósito do projeto político de captura do Estado por parte do neoliberalismo, isto é, dos que sempre souberam que “um mercado livre exige um Estado forte”, capaz de

---

<sup>67</sup> Robert Boyer, *Les capitalismes à l'épreuve de la pandémie* (Paris: La Découverte, 2020).

<sup>68</sup> Krahé, “Changing accounts”, pp. 194-195. Mesmo que Max Krahé não inclua as questões acabadas de referir nos assuntos de que trata, limitando-se a refletir sobre a hiperglobalização, a relação entre crescimento e desigualdades e o âmbito da democracia.

<sup>69</sup> Robert Kuttner, *Can Democracy Survive Global Capitalism?* (Nova Iorque e Londres: Norton, 2018).

<sup>70</sup> Rodrigues, *O Neoliberalismo Não é Um Slogan*, pp. 21, 45, e 53.

assegurar uma precisa “definição e consolidação dos direitos associados à propriedade”. Quer dizer, a presença de uma “prática construtivista” ambiciosa que formou “uma das mais poderosas e multifacetadas formas de economia política” e que “colonizou praticamente todo o espectro intelectual e político, deixando um poderoso lastro em instituições nacionais e supranacionais”, obriga-nos a pensar uma complexidade que os dias de hoje revelam com particular clareza.

O que prevalece realmente? A ideia de que o capitalismo supõe uma ordem relacional que tem por base a vida material associada à produção e ao emprego e uma arquitetura institucional densa e variada? Ou a convicção de que, afinal, o capitalismo é essencialmente circulação de dinheiro (as transações que cada período histórico possibilita) com vista a obter mais dinheiro, sendo as desordens inevitáveis?

Uma coisa parece certa: o capitalismo tem sempre renovado as suas formas concretas, tem recorrido sistematicamente a novos contextos e mecanismos que lhe asseguram a superação das suas limitações (as sociedades que lhe servem de contexto próximo, o Estado ou então um mundo supostamente tornado plano para servir a circulação global dos seus ativos). Mas tem também sido confrontado em diversos momentos históricos com a ansiedade do exercício da sua natureza congénita (transacional e expropriadora) regressando a uma insularidade que, pelo que já vimos, anunciam problemas, quiçá tragédias. O que resta saber é o que resulta, para uma reflexão sobre o futuro e para a possibilidade das sociedades se tornarem sustentáveis, deste conjunto de considerações onde as tensões são sempre centrais.

### **3 – Visões rivais e complexidade**

É razoável concluir-se das digressões anteriores que, não sendo a economia na forma que assume no capitalismo uma instância unitária, pura, autodefinida, as interpretações que ela sugere são necessariamente

diversas e até conflituais. Essa é uma longa tradição, em que se encara o sistema, os seus princípios e as dinâmicas que desencadeiam. Nos exercícios dos economistas mais eruditos, isto faz-se considerando também as motivações individuais, que tão simplificadas são economia convencional.

Em dois textos incontornáveis, Albert Hirschman<sup>71</sup> interessa-se por estas duas dimensões: a interpretação holista da emergência e do desenvolvimento do capitalismo, esculpindo “*rival interpretations of market society*”, e a compreensão das motivações que desencadeiam a ação humana, reconstruindo a sua complexidade através da ideia de que a vida se estabelece tanto através de “ações instrumentais” como de “ações não-instrumentais”.

No primeiro exercício, Hirschman contrasta duas visões polares: a tese do “*doux commerce*”, assente numa perceção bondosa, e a que, inversamente, sublinha a sua tendência para erodir e exaurir as fundações das sociedades e os próprios recursos, corroendo-se e contribuindo, portanto, para a sua própria autodestruição. A erudição antiga convocada por Albert Hirschman para desenhar o cenário de uma ordem social perfeita parte da visão iluminista de Montesquieu (1689-1755) e da tese do “comércio doce” por ele formulada e que haveria de ser repetida ao longo do século XVIII por homens como Condorcet (1743-1794) ou Thomas Paine (1737-1809). Chama-lhe “visão corajosa”. David Hume (1711-1776) e Adam Smith (1723-1790) ampliariam a perspectiva, acrescentando ao comércio todas as atividades, como as da manufatura, que servem para “industrializar” os princípios diligentes da assiduidade, da pontualidade, da probidade, da frugalidade e não da indolência, mas também os da divisão do trabalho e do progresso técnico.

---

<sup>71</sup> Albert Hirschman, “Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?”, *Journal of Economic Literature*, XX (1982): 1463-1484, e Hirschman, “Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating some Categories of Economic Discourse”, *Economics and Philosophy*, 1 (1984): 7-21.



Para o que estava aqui em causa, o mecanismo essencial seria o da “utilidade mútua”. A ele se seguem efeitos não materiais, morais e organizacionais, quer dizer aspetos externos ao próprio comércio e à economia. A tese do *doux commerce* enaltece, pois, os bons princípios presentes na organização e nas relações comerciais e industriais. Coisas de “cavalheiros” que se generalizariam no meio envolvente, espalhando virtudes e efeitos favoráveis mesmo entre aqueles que não beneficiam da propriedade nem do negócio. Retiram-se também daí, como se sabe, ilações meta-individuais, isto é, princípios de organização da sociedade e do “bem comum”. A célebre (e tantas vezes exagerada) metáfora da “mão invisível”<sup>72</sup> de Adam Smith representa a convicção de que há um mecanismo implícito, imanente, que torna compatíveis os comportamentos e as decisões descentralizadas e assegura, melhor de que nenhum outro, benefícios gerais. Os interesses individuais, autónomos, “individualistas”, gerariam ordem em vez de caos. É a utopia de um “equilíbrio geral”. Haveria, pois, uma autonomização de uma visão económica, que se desliga das relações sociais e políticas prévias e que depois sugere, ou melhor, impõe outras relações sociais e políticas.

As ideias desenvolvem-se sempre a partir de tensões intelectuais e materiais. Esta tese visa contrariar outras convicções anteriormente formuladas. De facto, Thomas Hobbes (1588-1679) já tinha deixado bem presente que uma solução de cooperação geral era difícil ou impossível (*Bellum omnia omnes; Homo homini lupus*) e que sem um princípio de autoridade assente num contrato social, isto é, numa organização racional do bem comum (o *Leviathan*), a sociedade não funcionaria. No entanto, a explicação das formas de organização social a partir de ações individuais a que se atribui plena racionalidade e a

---

<sup>72</sup> Convém sempre lembrar que aquela expressão metafórica da “mão invisível” é apenas uma vez referida em *A Riqueza das Nações* e que este livro devia ser sempre lido em articulação com outra obra de Adam Smith, a *Teoria dos Sentimentos Morais*.

ideia de que o coletivo é o resultado de interações meramente individuais são pontos presentes, ontem como hoje, numa discussão sobre o capitalismo. A busca incessante de uma ideia de equilíbrio não desaparecerá nunca do debate, mas os meios de lá chegar podem ser muito diferentes. E o mesmo acontece com os argumentos que se lhe contrapõem.

Sempre houve, por isso, quem fale de delapidação e da tendência do capitalismo para exaurir recursos, em vez de estabelecer harmonia. A visão inversa à tese do “comércio doce” é a que defende que a formação e o desenvolvimento do capitalismo foi minando os fundamentos morais das sociedades. Aqui, Albert Hirschman parte de um autor seu contemporâneo, Fred Hirsch, e do seu livro *Social Limits to Growth*<sup>73</sup> para mostrar que o mercado, ao impor a mobilidade e o anonimato, erode e exaure o que é prévio ao capitalismo, desfaz as raízes e, conseqüentemente, leva à perda de instintos comuns. O desinteresse ou mesmo a aversão relativamente aos bens coletivos e à cooperação, destroem os fundamentos relacionais das sociedades. Enfim, o amor, a família ou o patriotismo não são valores do capitalismo. E não será certo que o “interesse” possa substituir os valores antigos e imateriais como base para uma sociedade bem organizada. Pelo contrário, Fred Hirsch fala de uma “moral predadora”, fazendo lembrar a Escola de Frankfurt (e Horkheimer em particular) e a sua crítica da criação de meios sem discutir os fins (uma razão destrutiva) e introduz a questão importante de saber se, na ausência dos valores que ele destrói, o capitalismo não se torna difícil de gerir. A “doçura” é, pois, afastada pela delapidação e isso tem a ver com o modo como os mercados agem.

Há uma crítica conservadora ou romântica e há uma crítica revolucionária do capitalismo enquanto força transformadora, defende Hirschman.

---

<sup>73</sup> Fred Hirsch, *Social Limits to Growth* (Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1976).

Esta última funda-se na leitura de Marx sobre a insustentabilidade do capitalismo por ele comportar “as sementes da sua própria destruição”: as “leis” da concentração do capital e da queda tendencial das taxas de lucro, as crises periódicas de sobreprodução, a criação de uma nova classe social com consciência própria, combativa e tendencialmente revolucionária, o proletariado. Antes dele já estava formulada a crítica romântica segundo a qual o capitalismo se impõe pela destruição das bases morais de uma sociedade ancestral. Por isso, se falava dos desequilíbrios que o espírito comercial originava, desfazendo os “altos” valores tradicionais, como o costume, e reduzindo tudo ao contrato, isto é, a uma ordem privada que afeta o Estado, a família, os arranjos cooperativos, quer dizer, as diferentes esferas da vida social. O sucesso do capitalismo seria, afinal, o de um conquistador que, com as leis cegas do mercado, poderia “partir o próprio pescoço”, pois tinha corroído o que lhe era essencial.

O modelo anterior, virtuoso e *self-reinforcing*, torna-se desequilibrado, por exemplo, no momento em que a acumulação, que deve ser possibilitada pela frugalidade e é essencial para uma trajetória contínua e sem obstáculos, vê a sua função enfraquecida e substituída pela ostentação e o uso sumptuário da riqueza. A “ética repressiva” de que falava Max Weber deslaça-se com facilidade. E Schumpeter, por sua vez, diria que era a hostilidade desencadeada pelo capitalismo às instituições anteriores que originava a hostilidade contra ele. As convicções atuais acerca dos problemas de insustentabilidade do capitalismo, renovadas, aliás, por convulsões inesperadas e profundas, correspondem, portanto, se não a fundamentos, pelo menos a intuições que vêm de longe.

A tudo isto correspondem também duas visões diferentes sobre os indivíduos e as ações que eles desencadeiam e de que são autores. Este confronto entre visões impostas abre um conjunto de questões que, mais do que resolver, importa relembrar como matéria para reflexão futura. Será que os indivíduos agem apenas de forma egoísta,

movidos pelo seu autointeresse e o que fazem são “ações instrumentais” a favor do reforço daquele objetivo, ou desencadeiam algo que os transcende e forma a sociedade? Ou, bem mais do que isso, será que, na sua ação, eles “dão-se liberdades”, dispõem de livre-arbítrio que os compromete com o que está para lá das suas vantagens próprias? Quer isto dizer, será que também desencadeiam, adicionalmente, “ações não-instrumentais” em que se norteiam por outros valores, considerando “o outro” e estabelecendo compromissos com a sociedade e com o seu engrandecimento? Os princípios do capital e do lucro podem compatibilizar-se, de livre vontade, com a inclusão e a coesão sociais ou só acontecerá isso por necessidade? Haverá dimensões relacionais que estejam para lá das relações de mercado? Poderemos nós falar de uma “ordem relacional do capitalismo”? Em que circunstâncias? Quando o capitalismo é forte ou quando ele é fraco? E nesse caso, falaremos ainda de capitalismo ou de algo que já lhe é exterior?

## Bibliografia

- Aglietta, Michel (dir.). *Capitalisme: Le Temps des Ruptures*. Paris: Odile Jacob, 2019.
- Block, Fred. *Capitalism: the future of an illusion*. Oakland: University of California Press, 2018.
- Boldizzoni, Francesco. *Foretelling the end of capitalism: intellectual misadventures since Karl Marx*. Cambridge: Harvard University Press, 2020.
- Boyer, Robert. *Économie politique des capitalismes: Théorie de la régulation et des crises*. Paris: La Découverte, 2015.
- Boyer, Robert. *Les capitalismes à l'épreuve de la pandémie*. Paris: La Découverte, 2020.
- Chesnais, François. *La Mondialisation du Capital*. Paris, Syros, 1994.
- Commons, John. “Institutional Economics”. *American Economic Review*, 21 (1931): 648-657
- Epstein, Gerald (ed.). *Financialization and the World Economy*. Aldershot: Edward Elgar, 2005.
- Hirsch, Fred. *Social Limits to Growth*. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1976.
- Hirschman, Albert. “Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?”. *Journal of Economic Literature*, XX (1982): 1463-1484
- Hirschman, Albert. “Against Parsimony: Three Easy Ways of Complicating some Categories of Economic Discourse”. *Economics and Philosophy*, 1 (1984): 7-21.